

**Dossiê – Metodologias de Pesquisa em Psicanálise: Caminhos, Paradoxos e Impasses.**

**Da neutralidade à implicação: considerações sobre a construção de um espaço psicanalítico de escuta grupal**

Beatriz Morais Adler<sup>1</sup>

Perla Klatau<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo discute os conceitos de neutralidade e implicação na Psicanálise a partir da experiência do projeto de extensão “Tá na Roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais”, desenvolvido no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O projeto cria espaços de escuta grupal com orientação psicanalítica voltados à elaboração de sofrimentos de origem social. Desde 2021, o campo de atuação é um pré-vestibular social cujo público-alvo são, majoritariamente, jovens entre 17 e 25 anos moradores de favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. A proposta busca articular pesquisa, intervenção e clínica, questionando a valorização da neutralidade e da objetividade típica das ciências modernas. A pesquisa-intervenção oferece um referencial para reconhecer as interferências das pesquisadoras e valorizar a produção de conhecimento construída com os jovens. Levando em consideração as posições de pesquisadoras e ao mesmo tempo de psicóloga com orientação psicanalítica, é possível refletir sobre os lugares de escuta e a responsabilidade ético-política da pesquisa, em prol da formulação de um trabalho implicado e situado. Defende-se, então, a ética da reserva e da implicação, que preconiza que o analista coloque em reserva partes da sua vida e, ao mesmo tempo, se implique no encontro com o outro e os afetos ali produzidos. Assim, a discussão sobre a neutralidade e a implicação na pesquisa e na clínica psicanalítica visa construir uma epistemologia situada no seu território de atuação e aberta para discutir as responsabilidades éticas de sua presença.

**Palavras-chave:** Neutralidade. Implicação. Psicanálise. Escuta grupal. Pesquisa-intervenção.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Rio de Janeiro, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4165-2045>. E-mail: [beatrizadler31@gmail.com](mailto:beatrizadler31@gmail.com).

2 Professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Rio de Janeiro, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2734-5637>. E-mail: [pklatau@uol.com.br](mailto:pklatau@uol.com.br).

## Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir os conceitos de neutralidade e implicação a partir da experiência da implementação do projeto de extensão “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais”, desenvolvido no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2021. A proposta do projeto é construir espaços de escuta grupal com orientação psicanalítica voltados para a elaboração de sofrimentos de origem social, instaurados por estados de privação material, desigualdade e injustiça social. Assim, a equipe de psicólogos e estudantes de Psicologia busca construir uma ética e técnica de Psicanálise implicada que reconheça sofrimentos que ultrapassam a esfera individual e são originados pelo contexto social.

Desde 2021, o campo de atuação do projeto de extensão é um pré-vestibular social cujo público-alvo são, majoritariamente, jovens entre 17 e 25 anos moradores de favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. As atividades dessa instituição acontecem no período noturno em uma escola particular, que estabelece parceria abrindo seu espaço e estrutura, mantendo a organização político-pedagógica do curso independente. Por meio da metodologia de grupos operativos (Pichon-Rivière, 2005) e com o referencial da Psicanálise, a equipe de extensionistas realiza rodas semanais em duas turmas, que iniciam o ano letivo com 35 alunos cada uma.

O pré-vestibular social é um campo propício para escutar jovens que estão em um momento de transição entre instituições de educação: a maioria dos alunos se formou na escola ou está terminando o 3º ano do ensino médio e sonham ingressar em uma universidade. Santos (2020) chama atenção para os projetos político-pedagógicos dos pré-vestibulares sociais e populares que pretendem, além de contribuir para o acesso à educação superior, produzir uma formação política dos estudantes. Por intermédio desses projetos e da política de ações afirmativas, ocorreram impactos importantes nas universidades públicas, no sentido da mitigação de desigualdades estruturais da sociedade brasileira e sua história colonial, ainda recente (Santos, 2020).

Para escutar esses jovens, a equipe construiu um espaço de escuta grupal fora do *setting* tradicional da Psicanálise. Broide (2019) lembra que a invenção de diferentes espaços de escuta psicanalítica está presente em nossos antecessores e, sobretudo, no próprio Freud. O autor afirma que a experiência de atendimento clínico pode acontecer onde quer que a vida se dê e que o sujeito fala onde pode ter uma escuta, seja no divã, nas instituições, seja nas ruas da cidade (Broide, 2019). Nesse sentido, refletir sobre a ética e as ferramentas de escuta psicanalítica se tornam mais importantes do que a manutenção de um enquadre clássico.

Assim sendo, a escolha pelas características do espaço de escuta deve ser realizada sob medida, ou seja, pensadas a partir de quem é o sujeito que será escutado e levando em consideração o seu contexto específico (Roussillon, 2019). O que é central para o método psicanalítico é “a escuta da associatividade do funcionamento psíquico do sujeito, aquele que se exprime pela regra da associação livre” (Roussillon, 2019, p. 60). Essa regra fundamental da Psicanálise indica que o analisando deve comunicar livremente aquilo que lhe vier à cabeça (Freud, 1912/2017). Justamente pela pluralidade de maneiras de se associar livremente é que há também diversas formas de elaborar dispositivos clínicos para além do tradicional.

Na condução das rodas, então, a equipe não chega com algum tema prévio, mas convoca os participantes a falarem sobre o que desejam a partir da pergunta: o que vocês querem colocar na roda? Ao longo do processo de implementação do dispositivo clínico, a equipe apresenta para os alunos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando o projeto e os convidando para participar da pesquisa. Apesar de as rodas constarem na grade do curso, não eram realizadas chamadas de presença, mantendo a atividade como uma atividade voluntária. O termo também assegura que nos materiais de pesquisa publicados todos os nomes dos participantes são alterados. Ao longo dos anos, fomos desenvolvendo com os jovens uma frase que acabou virando uma marca do projeto: o que tá na roda, fica na roda. Essa brincadeira sintetiza a criação de um espaço de confiança, livre para os alunos falarem sobre o que tiverem vontade. Dessa forma, a equipe começa a construir o enquadre com a presença semanal, disponibilidade, sigilo e confiança.

A partir do que se escutou em cada roda com os jovens, a equipe elaborou diários clínicos em formato de crônicas, inspirado pela metodologia descrita por Jorge Broide e Emília Broide (2016) no texto “Notas para um trabalho grupal”. Os cronistas não têm como objetivo descrever todos os detalhes do encontro no formato de relatório, e sim o movimento da circulação da palavra do grupo e de que forma se afetaram com o que foi escutado. Assim, a crônica vai ter um aspecto pessoal do extensionista, o que também se torna ferramenta de trabalho e material de pesquisa. Nesse cenário, é possível refletir: de que forma as afetações dos extensionistas impactam a neutralidade na pesquisa e na clínica?

Para começar a discutir a neutralidade, é essencial circunscrever que a equipe se alinha à perspectiva da pesquisa-intervenção, que compreende que os processos de conhecer e intervir em um campo acontecem simultaneamente (Rocha & Aguiar, 2003). Lopes e Diehl (2012) sublinham que nos múltiplos sentidos do verbo intervir a principal noção é de um agente que ao estar presente em uma situação a modifica, seja por meio diálogo, seja adotando uma posição mais autoritária. Em outras palavras, pode-se pensar que o pesquisador inevitavelmente transforma o campo de pesquisa e, portanto, uma posição neutra não é possível. Todavia, isso convoca o pesquisador a refletir justamente de que forma a pesquisa irá incidir sobre aquela realidade, evidenciando sua responsabilidade ética. Destarte, a pesquisa-intervenção historicamente critica as formas tradicionais de fazer pesquisa ao defender justamente a possibilidade de intervir e transformar a realidade sociopolítica (Rocha & Aguiar, 2003).

Considerando, então, as responsabilidades éticas desta pesquisa, é importante reconhecer uma dupla posição que ocupamos: a de pesquisadoras e também de psicólogas orientadas pela Psicanálise. Na medida em que uma pesquisa em Psicanálise proporciona transformações e novos sentidos, pode-se afirmar que tem repercussões clínicas (Klatau et al., Pacheco, & Macedo, 2022). Este trabalho, então, corrobora a dissolução entre as fronteiras de pesquisar, intervir e da própria clínica (Klatau et al., 2022). Nesse sentido, o reconhecimento do nosso lugar é relevante para discutir as repercussões epistemológicas e ético-políticas da implementação do dispositivo clínico. Portanto, será importante percorrer, em seguida, a discussão sobre a neutralidade na pesquisa e na clínica para caminhar no sentido de uma intervenção implicada.

## Situando a escuta: as interferências de uma pesquisa-intervenção

Para começar a circunscrever esta pesquisa-intervenção, é importante evidenciar o campo clínico como espaço que interroga a teoria, e não o lugar em que os conceitos são aplicados (Pinheiro, 2022). Isso muda a postura das pesquisadoras-clínica, uma vez que a escuta clínica dos participantes é que pode questionar e incentivar a busca por mais referências, e não tentar encaixar o que foi visto em campo em alguma teoria prévia. Esse movimento remete ao próprio Freud, que diante dos impasses na clínica a tomava como soberana e voltava-se para a sua teoria a fim de criar novos conceitos (Pinheiro, 2022). Nesse sentido, apresentamos uma vinheta para começar a refletir sobre as posições que ocupamos na pesquisa-intervenção.

Ao longo da roda, passamos o termo de assentimento para lermos juntos com os estudantes. Uma aluna que já tinha participado no ano anterior perguntou: “você já fizeram pesquisa com as coisas que aconteceram nas rodas?” Nesse momento, fiquei um pouco sem graça e respondi que sim, pontuando novamente que tudo é sigiloso e, como estava escrito, não publicamos nada com os nomes deles. Ela pergunta se esse ano a gente tem alguma pesquisa também pra fazer e eu respondo que a gente vai construindo ao longo do ano, que não tinha algo prévio, já pronto e que o principal é a gente estar ali para escutá-los sobre o que quisessem falar (Caderno de campo pessoal, 1º de abril de 2024).

Essa vinheta se refere à primeira roda do ano de 2024, em que a equipe apresenta o TCLE da pesquisa e explica o nosso funcionamento. Aqui é possível perceber certa curiosidade da estudante, que já tinha participado da roda no ano anterior, em saber sobre as nossas pesquisas. Já da parte de quem estava escutando, evidenciamos nos sentirmos sem graça, demonstrando que a pergunta da aluna trouxe um embaraço. Questões como essa convocam a pensar: como responder? Devemos esconder nossas pesquisas? Precisamos ser pesquisadores e analistas distantes e impessoais e não responder quando perguntam sobre nós?

Momentos como esse de perguntas interpelando a equipe sobre a pesquisa ou sobre a vida universitária aconteceram em todos os anos de implementação do projeto. Principalmente no início das rodas, quando a confiança ainda está sendo construída, essas questões demonstram que os estudantes querem saber mais da equipe e sobre o que estamos fazendo ali. No momento em si, responde-se o que é possível e posteriormente discutimos na supervisão estratégias para manejar essas situações. Será que contar sobre o que pesquisamos iria interferir no que a estudantealaria nas rodas? Ela passaria a nos falar o que ela acha que gostaríamos de escutar? Ela estava ali sentindo que era apenas um objeto de pesquisa? Essas questões não têm respostas fáceis, mas o mais importante é como elas nos levam a refletir sobre o campo da neutralidade na pesquisa e na clínica.

A vinheta também apresenta para os participantes uma questão central do projeto “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais”: não sabemos, *a priori*, o que vamos escutar e pesquisar. Por intermédio da pesquisa-intervenção, busca-se questionar a lógica de conhecer para depois intervir e caminhar no sentido de intervir para conhecer (Rocha & Aguiar, 2003). Isso implica também o deslocamento da posição de pesquisar os sujeitos para a possibilidade de pesquisar com os sujeitos (Castro & Besset, 2008). Assim, a postura do

pesquisador não visa à coleta, e sim uma colheita de dados, ou seja, o conhecimento vai ser plantado e produzido em conjunto com os atores do território (Kastrup & Barros, 2009). Dessa forma, a valorização da interação para construção de conhecimento questiona as hierarquias entre um sujeito que pesquisa e um objeto passivo que é pesquisado.

Essas reflexões vão na contramão da ciência clássica moderna, que buscou justamente uma separação do que seria o sujeito e o objeto de pesquisa (Kastrup & Barros, 2009). Por meio do dispositivo experimental, os cientistas pretendiam isolar o objeto estudado em prol de uma suposta purificação e controle do que estava sendo investigado (Kastrup & Barros, 2009). O local que mais exemplifica esse processo é o laboratório, onde as variáveis poderiam ser teoricamente gerenciadas para que o pesquisador não interferisse nos resultados. Assim, essas ciências se ancoraram nos valores da neutralidade e objetividade para se afirmarem como mais válidas e fidedignas, visando à construção de saberes universais (Kastrup & Barros, 2009).

A pesquisa-intervenção, por sua vez, questiona esses valores, posto que defende que a presença do pesquisador produz inevitavelmente diferença naquilo que está sendo pesquisado (Rocha & Aguiar, 2003). Nesse sentido, as contaminações geradas pelo pesquisador no campo não são entendidas como erros a serem superados, e sim como impreteríveis, inclusive no método experimental clássico. Além disso, a crítica feita à ciência moderna dá um passo a mais ao argumentar que são justamente as interferências desse encontro que produzem conhecimento (Rocha & Aguiar, 2003).

Ademais, valorizar as interações para a produção do conhecimento questiona a hegemonia acadêmica e enfatiza as múltiplas faces do saber. Isso se relaciona com o conceito tão caro para a extensão universitária de interação dialógica, que não se restringe a levar o conhecimento construído pela universidade para o resto da sociedade, e sim produzir em conjunto com os atores do território estudado (Pró-reitoria de extensão UFRJ). Desse modo, esses sujeitos também oferecem à universidade seus saberes cotidianos e locais que geram mudanças relevantes em prol da diminuição da desigualdade social e construção de uma sociedade mais ética e democrática (Pró-reitoria de extensão UFRJ, 2024). Portanto, esse modo de pesquisa e extensão não visa apenas descrever os fenômenos sociais, mas também intervir com a população nos problemas vivenciados, proporcionando pensamento crítico.

Destarte, as rodas no pré-vestibular buscam ser um espaço de confiança para que os estudantes possam falar e serem escutados, evidenciando o protagonismo dos jovens. Aposta-se que esse é um caminho para que a Psicologia e a Psicanálise não ocupem o lugar de detentoras do saber sobre a adolescência e a juventude, e sim possam escutar o que os sujeitos têm a dizer sobre eles mesmos. Assim, não há de antemão um tema de pesquisa delimitado, uma vez que a pesquisa é arquitetada ao longo do processo de implementação do dispositivo. Sublinhamos, então, a importância de uma escuta aberta para a singularidade das experiências, na qual cada roda vai ser marcada pelo que é construído entre os extensionistas e os jovens.

Levando em consideração que as interferências das pesquisadoras-clínica são inevitáveis e que a proposta é de construção em conjunto, caminha-se no sentido de pensar as implicações ético-políticas da pesquisa-intervenção. Na medida em que toda pesquisa transforma o território — concreto e/ou conceitual — em que ela se debruça, é possível

pensar que toda pesquisa é intervenção, mesmo que não se afirme como tal (Bicalho, 2019; Castro & Besset, 2008). No entanto, assumir o caráter interventivo é um posicionamento epistemológico e também político, haja vista que as ciências modernas esconderam sob o véu da neutralidade e objetividade os impactos dos cientistas em seus estudos (Kastrup & Barros, 2009). Freire (1996) também evidencia que a defesa da neutralidade é uma forma de esconder a opção escolhida, já que não fazer nada diante de situações de opressão é reforçar o poder do opressor. Ou seja, uma pesquisa que se afirma neutra também está se posicionando em prol do discurso hegemônico, embora o faça de forma velada. O pedagogo defende, então, que não é possível estar no mundo, com o mundo e com os outros de maneira neutra, e sim sendo interpelados por escolhas que geram intervenções na realidade (Freire, 1996). Nesse sentido, uma posição de hierarquia entre um sujeito pesquisador supostamente neutro e um objeto pesquisado supostamente passivo pode gerar não apenas processos de imobilização e isolamento do outro, mas também a sua dominação (Portugal, 2008).

Para sair da suposta neutralidade em pesquisa, Haraway (1995) chama atenção para a importância de localizar os saberes que estão sendo produzidos, destacando que o que foi dito historicamente pela ciência como universal foi falado de lugares muito específicos e não marcados de *homem* e de *branco*. A partir de suas teorias feministas, a filósofa vai questionar a ideia de que os homens brancos produzem ciência de uma forma universal, enquanto as mulheres assumiriam determinado posicionamento.

Haraway (1995) propõe os saberes localizados para evidenciar que todos os cientistas falam a partir de seus corpos. Para ilustrar isso, ela apresenta a metáfora da visão, chamando atenção para a camada sensorial de fazer ciência que é inevitável para todo mundo. A filósofa aponta como todo conhecimento é construído a partir de um olhar e historicamente foi dito por um olhar conquistador que se diz ser de lugar nenhum, que pode ver sem ser visto. Evidencia, assim, a crítica dos lugares velados em que a ciência moderna se colocou. Ademais, o relativismo e a totalização seriam dois lados de uma mesma moeda, uma vez que ambos se propõem a negar suas posições e tentar falar de todos os lugares (Haraway, 1995).

Haraway (1995) defende, então, que todo saber é parcial e específico e que é justamente essa parcialidade que torna possível uma objetividade corporificada. Ademais, pontua que produzir ciência de determinado lugar significa se responsabilizar por aquilo que se aprendeu a ver, argumentando como os conhecimentos não localizáveis são irresponsáveis, pois não podem ser chamados para prestar contas. Quando o pesquisador sinaliza de onde fala, é possível contestá-lo e entrar nas disputas que estão presentes em todos os campos. Afinal, não são os argumentos em disputa que interessam ao conhecimento científico?

Dessa forma, com o conceito de objetividade corporificada, Haraway (1995) complexifica a objetividade, evidenciando que ela só é alcançável por meio do reconhecimento da parcialidade e localização do pesquisador. Ademais, a autoria evidencia um corpo que reconhece suas interferências nas pesquisas científicas e se responsabiliza em discutir as implicações em seus estudos. Isso não significa defender um subjetivismo do pesquisador, mas justamente incluir na pesquisa a discussão ética sobre as interferências de suas intervenções.

Kilomba (2008/2019) também aponta para uma crítica importante ao mito da objetividade ao evidenciar que o seu trabalho sobre o racismo cotidiano é frequentemente visto pela academia como acientífico e questionado por seu caráter pessoal. A autora sublinha que

Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (Kilomba, 2008/2019, p. 51–52).

Dessa forma, a autora argumenta como historicamente a ciência não é um estudo apolítico da verdade, mas justamente reprodutora de relações raciais de poder que ditam as normas do que é considerado verdadeiro e confiável. O posicionamento de Kilomba evidencia a parte velada da história das ciências marcada pela colonização dos saberes. Assim, corrobora a construção de uma epistemologia que inclua os corpos no discurso acadêmico para reconhecer as realidades específicas na contramão de conhecimentos supostamente neutros e universais (Kilomba, 2008/2019).

Levando isso em consideração, é imprescindível localizar a Psicanálise como um saber historicamente construído na modernidade e marcado pela colonização e pelo ideal da pretensa neutralidade. O conceito eminentemente moderno de indivíduo normativo/homem branco criou as bases para a emergência da clínica psicanalítica (Canavêz, 2020). Esse modelo de indivíduo foi alçado à ficção de universalidade, isto é, o específico e situado apresentado como se fosse neutro e universal (Canavêz, 2020). Assim, as próprias teorias psis participaram da formulação das normas dos processos de subjetivação, enquanto tudo o que escapa ficou relegado ao campo da psicopatologia (Canavêz, 2020). Nesse cenário, para continuar discutindo sobre as posições ético-políticas de pesquisar, intervir e clinicar, será necessário investigar como a Psicanálise formulou a problemática da neutralidade e como caminhar na construção de uma escuta implicada.

## **Da neutralidade à implicação**

Ainda é frequente a ideia de que caberia ao analista deixar a subjetividade fora da clínica e utilizar-se de uma postura fria e distante nas suas intervenções (Arrosi & Silva, 2022). Nesse sentido, os conceitos de neutralidade e abstinência são muitas vezes utilizados para justificar práticas que não levam em consideração que o analista também está perpassado pela cultura, valores e preconceitos estruturais da sociedade (Arrosi & Silva, 2022). Por isso, será necessário tecer algumas considerações sobre esses conceitos e refletir como a clínica contemporânea os questiona.

Em “Observação sobre o amor de transferência”, Freud (1915/2010) descreve uma cena considerada clássica de uma analisanda que se apaixona pelo analista e evidencia o papel da transferência no tratamento, isto é, o reconhecimento de que a paixão é fruto da situação clínica e não é direcionada à pessoa específica do analista (Freud, 1915/2010). Nesse sentido, aponta que mesmo se a analisanda procurar outro analista poderá também se apaixonar por

um segundo e até por um terceiro, uma vez que o afeto é direcionado à posição que o analista ocupa, o que favorece tal transferência amorosa.

Freud (1915/2010) pontua, então, a importância de o analista não retribuir à ternura que a paciente investe nele, e sim manejar esse amor de transferência no sentido de escutar seus fundamentos infantis inconscientes. Assim, a abstinência aponta para uma postura do analista de não corresponder aos afetos que a paciente convoca. Isso diferencia o encontro analítico de outras relações, uma vez que o analista deve se abster de ocupar a posição de objeto de satisfação do analisando e também evitar a participação das repetições em ato dos modos de este se relacionar (Arrosi & Silva, 2022).

No *Vocabulário da Psicanálise*, Laplanche e Pontalis (1988/2001) definem a abstinência como uma regra da prática analítica para que “o paciente encontre o menos possível de satisfações substitutivas para os seus sintomas” (p. 3). Assim, preconiza que o analista tenha como direção do tratamento a interpretação, em vez da satisfação das exigências libidinais do analisando. Isso funciona “como estratégia para que o motor da análise — os sofrimentos do paciente e seus desejos insatisfeitos — continue operando” (Arrosi & Silva, 2022, p. 6).

O próprio Freud (1915/2010) aponta a abstinência como uma técnica e uma ética fundamentais para a prática analítica, porém é importante salientar que se abster de corresponder aos afetos do analisando não deve justificar uma frieza e opacidade do analista. Portanto, um dos desafios do manejo é justamente manter a regra de abstinência e ao mesmo tempo que o analista possa estar com o analisando de forma viva, presente e se deixando afetar por aquilo que escuta (Arrosi & Silva, 2022).

A neutralidade também aparece em Freud (1912/2017) no texto “Recomendações ao médico que exerce a Psicanálise” (1912), no qual o psicanalista traz a imagem do cirurgião para representar como o analista deveria deixar os seus afetos de lado para conseguir realizar seu trabalho de maneira fria e competente. Freud (1912/2017) aponta que seria necessário colocar de lado inclusive a compaixão humana em prol de criar uma situação mais vantajosa para o analista proteger a própria vida afetiva.

Em uma leitura contemporânea desse texto, Figueiredo e Coelho (2008) discutem como o próprio Freud afirmou que nos seus artigos sobre a técnica seu objetivo era interditar alguns procedimentos de analistas menos experientes e, por isso, é importante compreender a flexibilidade e a vivacidade da prática clínica freudiana. Assim, os autores ajudam a refletir sobre a neutralidade analítica ao entendê-la como uma forma de reserva no sentido de evitar uma “invasão pela ‘pessoa real’ do analista sem qualquer reserva” (Figueiredo & Coelho, 2008, p. 42). Ademais, é possível questionar, ao lado de outros psicanalistas, quais conceitos se sustentam até hoje e como construir uma clínica do nosso tempo.

Para refletir sobre a técnica psicanalítica, Figueiredo e Coelho (2008) a aproximam da ética, compreendendo como uma posição, um lugar que situa a postura fundamental da Psicanálise de escutar o outro na sua alteridade. Isso se afasta, portanto, de uma moral ou de prescrições do que se deve fazer e também se aproxima da noção de Haraway (1995) de localizar-se, isto é, de evidenciar o que se escuta do próprio corpo. Canavêz (2020) sustenta, levando em consideração os saberes localizados de Haraway, como é necessário praticar uma Psicanálise situada e ancorada na realidade em que acontece, afirmando-se como parcial e

crítica. Retomando, assim, a metáfora de Haraway (1995) sobre como todo conhecimento é produzido por um olhar de um corpo situado, também é possível pensar que toda escuta psicanalítica é encarnada. Isso permite discutir justamente as interferências das intervenções na clínica, apontando para uma direção ética da escuta.

Além disso, ao abrir a escuta para um outro, o analista inevitavelmente é afetado, assim como escolhe-se um tema de pesquisa a partir dos seus interesses. Ao assumir o campo da afetação na pesquisa e na clínica, é possível pensar e discutir o que fazer com os afetos, isto é, manter-se atenta aos seus efeitos e armadilhas com responsabilidade ética. Na Psicanálise, o campo afetivo do analista é muitas vezes confundido com a contratransferência, porém Gondar (2008) argumenta como os afetos têm uma dimensão mais ampla. A contratransferência cunhada por Freud tem um aspecto reativo e negativo a partir de uma lógica de ação/reação com a transferência, ou seja, seria o afeto que o analista sente e precisa evitar, pois poderia atrapalhar o tratamento (Gondar, 2008). Para a compreensão mais abrangente dos afetos, a psicanalista conceitua:

O afeto seria, em resumo, um estado emotivo entre percepção e ação, abrindo-se, numa ponta para a possibilidade de ser afetado — o afeto como efeito das impressões produzidas por outros corpos ou outros sujeitos; e, na outra ponta, para a possibilidade de afetar — o afeto como vibração que antecede ou deflagra a ação, entendendo-se por ação um gesto, uma palavra, uma representação, uma atitude, uma interpretação (Gondar, 2008, p. 177).

Dessa forma, os afetos do analista podem sair dessa dimensão apenas negativa e passam a incluir a possibilidade singular de no encontro analítico se afetar e ser afetado (Gondar, 2008). Além do mais, posteriormente a Freud, a compreensão sobre a contratransferência também foi se ampliando e sendo utilizada não como um obstáculo, mas como uma ferramenta importante para a construção da clínica que aponta para a implicação do analista (Figueiredo & Coelho, 2008).

Um caminho, então, para lidar com esses afetos é apontado por Figueiredo e Coelho (2008) mediante uma ética da reserva e da implicação. Ou seja, para que o encontro analítico aconteça, é imprescindível que o analista coloque em reserva partes da sua vida e, ao mesmo tempo, é necessário implicar-se a essa abertura do encontro com o outro e os afetos ali produzidos. A reserva, assim, seria uma presença que tem em si certa ausência convidativa que abre espaço para o outro se colocar a partir da disponibilidade e confiabilidade (Figueiredo & Coelho, 2008). A implicação, por sua vez, aponta para a afetação e o reconhecimento dos lugares de escuta que o analista ocupa.

Nesse sentido, Santos e Teixeira-Filho (2020) discutem justamente o lugar de escuta a partir dos marcadores sociais da diferença. Argumentam que é preciso construir uma escuta ético-política perpassada pelos modos de subjetivação atuais e pela interseccionalidade, isto é, considerando gênero, sexualidade e raça e seus vários possíveis entrecruzamentos que produzem efeitos específicos (Santos & Teixeira-Filho, 2020). Assim, o lugar de escuta permite considerar essas interligações interseccionais para analistas e analisandos, propondo uma escuta que para se implicar precisa se deslocar de si e afetar-se pela experiência do outro (Santos & Teixeira-Filho, 2020).

Ademais, os autores também apontam a importância de ampliar as bases teóricas da clínica incluindo as violências estruturais como produtoras de subjetividade (Santos & Teixeira-Filho, 2020). Isso significa considerar, por exemplo, que o inconsciente não é apenas edípico, mas também colonial escravocrata (Santos & Teixeira-Filho, 2020). Como indica Canavêz (2020), implicar a Psicanálise ao contexto político e sócio-histórico não significa fazer um corte epistemológico radical com a clínica oriunda na modernidade, mas poder revisitar seus conceitos buscando o que se sustenta hoje.

Essas questões corroboram o que Laurent (1999) aponta sobre a importância de ser um analista cidadão sensível às formas de segregação presentes em sua época, posicionando-se e intervindo nessas questões. Rosa (2013) também caminha nesse sentido ao evidenciar um movimento na contramão de uma Psicanálise aplicada aos diversos contextos sociais, no sentido de uma Psicanálise implicada, ou seja, construída por uma escuta dos sujeitos situados, proporcionando reflexões sobre as formas como estão enredados pela maquinaria do poder. Assim, a abordagem psicanalítica clínico-política propõe diagnosticar não os indivíduos, mas os laços sociais cristalizados nas instituições que perpetuam a exclusão e os preconceitos de classe, gênero e raça (Rosa, 2013). Isso significa poder pensar a Psicanálise em uma perspectiva crítica a partir da realidade em que ela está presente.

Nesse sentido, a clínica na contemporaneidade a que nos alinhamos interroga a neutralidade conceituada por Freud, mas também não abandona a importância do analista de se abster e se reservar, levando em consideração a posição que o analista ocupa na transferência e também nas tramas sociopolíticas. Depois desse percurso, então, sobre a neutralidade na pesquisa e na clínica, é possível voltar para uma questão colocada no início: precisamos ser pesquisadores e analistas distantes e impessoais e não responder quando perguntam sobre a pesquisa ou sobre a universidade?

Na roda, quando a equipe era interpelada pelas perguntas sobre a vida universitária, por exemplo, como são os bandejões ou as festas, os extensionistas tentavam responder de forma reservada e ao mesmo tempo implicada. A reserva nos faz sustentar o lugar de analista e não contar detalhes sobre as festas, mas poder falar que elas acontecem e que às vezes estamos presentes. A implicação nos faz pensar no nosso lugar de escuta: somos uma equipe de pesquisa e extensão da UFRJ escutando jovens em um pré-vestibular social que sonham com uma vaga no ensino superior. Ou seja, nós ocupamos o lugar que eles desejam ocupar. Assim, a ética da reserva e implicação nos convoca a nos afetar por tudo isso e pensar em conjunto como intervir. Não responder a essas perguntas não vai garantir um lugar de suposta neutralidade, ao mesmo tempo que falar demais não garante uma confiabilidade maior por parte dos alunos e pode fragilizar a reserva necessária para a nossa posição de escuta.

O reconhecimento do nosso lugar de escuta também apareceu nas rodas quando os alunos falaram sobre como as universidades públicas eram elitistas ao, por exemplo, ser em horário integral, o que não é acessível para estudantes que precisam trabalhar. Pela pluralidade de extensionistas, cada um pode se afetar de forma diferente: alguns se identificando com a fala e outros se identificando mais com o privilégio de não precisar trabalhar. A reserva nos convoca a separar o que é nosso e o que é dos participantes da roda, isto é, manter a posição de escuta e não se misturar com a circulação da palavra dos jovens. Já a implicação nos

convoca a reconhecer na roda que a universidade pública ainda é elitista, uma vez que ficar em silêncio não seria uma posição neutra, e sim nos colocaria ao lado do discurso hegemônico que preconiza, por exemplo, a meritocracia. Reconhecer esse contexto sociopolítico que perpassa o estar na universidade abriu espaço para falarmos sobre as desigualdades e ao mesmo tempo sobre os sonhos dos pré-vestibulandos.

Nesse cenário, retomando as implicações ético-políticas do pesquisar, intervir e clinicar, pode-se pensar que o compromisso da equipe nesse campo é reconhecer os sofrimentos que são fabricados pelo social, mas ainda são individualizados. As intervenções buscam promover uma escuta comprometida que reconheça o contexto sociopolítico que perpassa os testemunhos compartilhados, em prol de legitimá-los e abrir a possibilidade de produzir novos sentidos para as experiências dos jovens (Klatau & Macedo, 2020). O objetivo, portanto, é tornar visível essas questões que normalmente são invisíveis e inaudíveis, entendendo que “escutar, dar crédito, validar, em suma, reconhecer os efeitos psíquicos de situações de vulnerabilidade social permite dar visibilidade ao sofrimento” (Klatau, 2017, p. 119). Esse seria, então, um passo necessário para promover mudanças de suas posições no mundo.

Como ancoragem para pensar nesse equilíbrio entre a reserva e a implicação, Figueiredo e Coelho (2008) chamam atenção para a importância de um segundo olhar para refletir sobre seus limites e excessos. Essa seria uma das funções do espaço da supervisão, que permite discutir em um segundo momento a partir de outros olhares e escutas. Dessa forma, a supervisão é um espaço para compartilharmos como fomos afetados escutando os estudantes nas rodas e o que é preciso repor em reserva ou demonstrar maior implicação. Considerando uma equipe de extensionistas presentes na roda, é possível perceber como há afetos que são compartilhados ali pelos que estavam presentes e às vezes há discordâncias. A ideia não é que há uma verdade do que aconteceu no campo, mas poder discutir em grupo com esse segundo olhar para entender como cada um foi afetado e como podemos exercitar as posições de reserva e implicação.

## Considerações finais

A partir da experiência de implementação das rodas de escuta psicanalítica grupal no pré-vestibular social, é possível refletir sobre os conceitos de neutralidade e implicação de forma articulada à prática. Nesse cenário, os questionamentos dos estudantes sobre a própria pesquisa e a vida universitária nos convocam a pensar se precisamos ser pesquisadores e analistas neutros e distantes.

Assim, no decorrer deste artigo, foi possível refletir sobre os mitos da neutralidade e objetividade e caminhar no sentido da construção de uma epistemologia implicada e situada no seu território de atuação. Autores como Haraway (1995), Freire (1996) e Kilomba (2008/2019) nos ajudam a desenvolver uma pesquisa que leve em consideração uma objetividade corporificada, na qual incluir o específico e pessoal não significa perder o rigor científico. As interferências inevitáveis no campo de pesquisa convocam a equipe a pensar nas repercussões ético-políticas da própria presença nas intervenções.

Ao aproximar as fronteiras do pesquisar, intervir e clinicar, discutimos sobre a implementação de uma pesquisa-intervenção alinhada com uma ética da reserva e da implicação psicanalítica. Apesar da neutralidade não ser possível, reiteramos a importância de mantermo-nos atentas a um exercício de reserva que abre caminho para a construção do conhecimento em conjunto com os jovens, questionando a hierarquia entre os saberes e os lugares de um sujeito que pesquisa e um objeto que é pesquisado. Na medida em que se traz para a pesquisa a própria discussão das nossas posições de pesquisadoras e psicólogas com orientação psicanalítica, é possível reconhecer o nosso lugar de escuta e refletir de que forma podemos construir uma escuta ética e implicada.

Importante apontar os desafios e limitações deste artigo, uma vez que foi preciso circunscrever algumas situações clínicas para articular com os conceitos escolhidos. Em sintonia com a discussão ao longo do texto, é importante sublinhar que esta pesquisa é situada e parcial e, por isso, mais do que esgotar o tema, busca promover o debate ético como um exercício constante e necessário em todos os processos da pesquisa-intervenção e na escuta clínica.

Além disso, a partir dos diários clínicos, é possível identificar outros momentos em que a equipe se sentiu convocada a refletir sobre o seu lugar de escuta. A temática da neutralidade e da implicação foi reconhecida, por exemplo, nos diversos relatos dos estudantes do pré-vestibular social sobre a violência em seus territórios de vida e as posições de privilégio da equipe de extensão. Assim, a discussão da ética da reserva e da implicação perante os sofrimentos produzidos socialmente é tema de aprofundamento de outros trabalhos.

## Referências

- Arrosi, K. E. & Silva, M. R. (2022). A escuta em Psicanálise: abstinência e neutralidade em questão. *Psicologia Clínica*, 34(1), 121-143. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0034n01A06>>
- Bicalho, P. P. G. (2019). A ética em jogo no campo surpreendente da pesquisa. *Revista Polis e Psique*, 9(1), 20-35. Recuperado em 13/03/2026 em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2238-152X2019000400003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-152X2019000400003)>
- Broide, J. (2019). Prefácio. In Danto, E. A. *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e justiça social, 1918–1938* (Goldstajn, M., Trad.) (pp. 13-18). São Paulo: Perspectiva.
- Broide, J. & Broide, E. E. (2016). *A Psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.
- Canavêz, F. (2020). Raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica. *Tempo Psicanalítico*, 52(2), 79-102. Recuperado em 13/03/2026 em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382020000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382020000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Castro, L. & Besset, V. (Orgs.). (2008). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj.
- Figueiredo, L. C. & Coelho, N. Junior (2008). *Ética e técnica em Psicanálise* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.

- Freud, S. (2017). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: Freud, S. *Fundamentos da clínica psicanalítica: 1856-1939* (pp. 60-69). Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1912).
- Freud, S. (2010). Observações sobre o amor de transferência. In: Freud, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O Caso Schreber”) e outros textos* (pp. 159-162). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (25ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gondar, J. (2008). Além da contratransferência: os afetos do analista. *Cadernos de Psicanálise*, 30(21), 175-191.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>
- Kastrup, V. & Barros, L. P. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Cobogó. (Obra original publicada em 2008).
- Klatau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 113-127. Recuperado em 13/03/2026 em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p113.8>
- Klatau, P., & Macedo, M. (2020). A escuta analítica como instrumento de resgate e manutenção do laço social. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3,supl.), 45-60. Recuperado em 20/02/2026 em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/41085/28931>
- Klatau, P., Pacheco, E. & Macedo, M. (2022). O uso da pesquisa-intervenção em trabalhos psicanalíticos: construção de espaços de escuta para sujeitos trans. In: Pinheiro, N. N. B., Peres, R. S. & Cordeiro, S. N. (Orgs.), *Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas* (pp. 111-126). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise* (4ª ed., Tamen, P., Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1988).
- Laurent, E. (1999). Analista cidadão. *Revista Curinga*, (13), 7-13.
- Lopes, G. & Diehl, R. (2012). Intervir. In Fonseca, T. M. G., Nascimento, M. L. & Maraschin, C. (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário* (pp. 135-138). Porto Alegre: Sulina.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal* (Velloso, M. A. F. & Gonçalves, M. S., Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pinheiro, N. (2022). Pesquisa em Psicanálise na universidade: uma proposição metodológica. In: Pinheiro, N. N. B., Peres, R. S. & Cordeiro, S. N. (Orgs.), *Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas* (pp. 13-27). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Portugal, F. (2008). A pesquisa-intervenção e o diálogo com os agentes sociais. In: Castro, L. & Besset, V. (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 15-20). Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj.

Adler, B. M., Klatau, P.

- Pró-Reitoria de Extensão UFRJ. (2024). *Conceitos e diretrizes da extensão*. Extensão UFRJ. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/index.php/o-que-e-extensao>>
- Rocha, M. & Aguiar, K. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-67. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>>
- Rosa, M. D. (2013). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, 29-40. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://repositorio.usp.br/item/002746416>>
- Roussillon, R. (2019). *Manual da prática clínica em Psicologia e Psicopatologia* (Souza Jr., P. S., Trad.; Rache, E., Rev. Téc.). São Paulo: Blucher.
- Santos, A. (2020). *Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibulares populares: um estudo de caso na Maré*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Santos, K. Y. P. & Teixeira-Filho, F. S. (2020). A clínica e a construção dos lugares de fala e de escuta. *Cadernos do Fim do Mundo*, 1(21), 15-21. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossujetividade/article/view/44744/33054>>

## From neutrality to implication: notes on the creation of a psychoanalytic group listening space

### Abstract

This article examines the concepts of neutrality and implication in psychoanalysis through the experience of the extension project *Tá na Roda: clinical-political interventions in educational settings*, developed at the Institute of Psychology, UFRJ. The project creates psychoanalytically oriented group listening spaces aimed at elaborating suffering rooted in social inequalities. Since 2021, its activities have taken place in a community-based preparatory course in Rio de Janeiro's South Zone, attended mainly by young people aged 17 to 25, residents of nearby favelas. The proposal seeks to articulate research, intervention, and clinical practice, questioning the emphasis on neutrality and objectivity characteristic of modern science. *Intervention-research* offers a framework for acknowledging the researcher's involvement and valuing knowledge construction in dialogue with young participants. Considering the dual position of the author as both researcher and psychoanalytically oriented psychologist, the work reflects on listening practices and on the ethical-political responsibility inherent to research, fostering a situated and implicated approach. The article defends an ethics of reserve and implication: while the analyst places aspects of their personal life in reserve, they also allow themselves to be affected and implicated in the encounter with others. Such a perspective challenges traditional notions of neutrality and highlights the relational dimension of knowledge production. It is concluded that discussing neutrality and implication in psychoanalytic research and clinical practice contributes to building a situated epistemology, attentive to its context of action and open to addressing the ethical responsibilities of the researcher's presence.

**Keywords:** Neutrality. Implication. Psychoanalysis. Group listening. Intervention-research.

## De la neutralidad a la implicación: consideraciones sobre la construcción de un espacio psicoanalítico de escucha grupal

### Resumen

Este artículo analiza los conceptos de neutralidad e implicación en el psicoanálisis a partir de la experiencia del proyecto de extensión *Tá na Roda: intervenciones clínico-políticas en espacios educativos*, del Instituto de Psicología de la UFRJ. El proyecto promueve espacios de escucha grupal con orientación psicoanalítica para elaborar sufrimientos relacionados con las desigualdades sociales. Desde 2021, sus actividades se desarrollan en un curso preuniversitario popular de la zona sur de Río de Janeiro, al que asisten jóvenes de entre 17 y 25 años, en su mayoría residentes de favelas cercanas. La propuesta articula investigación, intervención y práctica clínica, cuestionando la idea de neutralidad y objetividad propias de las ciencias

Adler, B. M., Klatau, P.

modernas. La investigación-intervención se presenta como un marco que permite reconocer las interferencias de la investigadora y valorar la producción de conocimiento en diálogo con los participantes. Desde la doble posición de investigadora y psicóloga con orientación psicoanalítica, se reflexiona sobre los lugares de escucha y la responsabilidad ético-política del trabajo clínico e investigativo. Se propone una ética de la reserva y de la implicación, en la que el analista preserva aspectos personales mientras se compromete afectivamente en el encuentro con el otro. Esta perspectiva cuestiona la noción tradicional de neutralidad y resalta la dimensión relacional en la producción de conocimiento, contribuyendo a una epistemología situada, sensible al territorio de actuación y a las responsabilidades éticas del investigador.

**Palabras clave:** Neutralidad. Implicación. Psicoanálisis. Escucha grupal. Investigación-intervención.

## De la neutralité à l'implication : considérations sur la construction d'un espace psychanalytique d'écoute groupale

### Résumé

Cet article examine les notions de neutralité et d'implication en psychanalyse à partir de l'expérience du projet d'extension "Tá na Roda: intervenções clínico-políticas em espaços educativos", développé à l'Institut de Psychologie de l'UFRJ. Ce projet propose des espaces d'écoute groupale d'orientation psychanalytique, destinés à l'élaboration de souffrances issues de conditions sociales. Depuis 2021, le terrain d'intervention est un cours préparatoire social, accueillant principalement des jeunes de 17 à 25 ans, habitants de favelas de la zone sud de Rio de Janeiro. L'initiative cherche à articuler recherche, intervention et clinique, en mettant en question la valorisation de la neutralité et de l'objectivité propres aux sciences modernes. La recherche-intervention constitue ici un cadre méthodologique permettant de reconnaître les interférences de la chercheuse et de valoriser la production de savoir construite avec les jeunes. En tenant compte de la double position de chercheuse et de psychologue d'orientation psychanalytique, il devient possible de réfléchir aux lieux d'écoute et aux responsabilités éthico-politiques de la recherche, en faveur d'un travail situé et impliqué. L'article défend ainsi une éthique de la réserve et de l'implication, selon laquelle l'analyste met en réserve certains aspects de sa vie tout en s'engageant dans la rencontre avec l'autre et les affects qui y émergent. De cette manière, la réflexion sur la neutralité et l'implication en recherche et en clinique psychanalytique contribue à la construction d'une épistémologie située, ancrée dans son territoire d'action et ouverte au débat sur les responsabilités éthiques de la présence du chercheur.

**Mots-clés:** Neutralité. Implication. Psychanalyse. Écoute groupale. Recherche-intervention.

Recebido em: 12/09/2025

Revisado em: 19/11/2025

Aceito em: 23/11/2025